

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013
EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO**

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA/RS, por intermédio do Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, torna pública a licitação acima identificada, que tem como objeto o descrito no **Anexo I - Termo de Referência**, que se processará na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, com o critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO** na forma de execução por **EMPREITADA GLOBAL**, mão-de-obra e materiais, nos termos deste Edital e de seus Anexos, e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1.2. A Comissão Permanente de Licitações receberá os documentos de habilitação e propostas financeiras dos interessados em participar da presente licitação até às **9 horas do dia 10 de Maio de 2013**, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Barra Funda/RS, sito na Avenida 24 de Março, 735, em Barra Funda/RS. Após o horário acima indicado dar-se-á por encerrado o recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas financeiras. No mesmo dia e local, às 9h e 05min dar-se-á início à sessão pública da Tomada de Preços.

1.3. As informações a respeito do cadastramento das empresas junto ao Município de Barra Funda, bem como as cópias do Edital e de seus Anexos poderão ser obtidas no Setor de Licitações, telefone (54) 3369-1202. Cópias do Edital também estarão disponíveis no site www.barrafunda.rs.gov.br ou, ainda, através do e-mail: licitabf@gmail.com

1.4. Impugnações ao Edital e recursos, caso interpostos, deverão ser apresentados por escrito, junto à Secretaria Municipal de Administração, e dirigidos à Comissão Permanente de Licitações. Não serão aceitos se remetidos via fax, correio ou e-mail.

1.5. Pedidos de esclarecimentos devem ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitações, por escrito, via Secretaria Municipal de Administração ou fax, telefone (54) 3369-1202. Não serão aceitos se remetidos via correio ou e-mail.

1.6. Expediente externo: Setor de Licitações e Secretaria Municipal de Administração: de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, exceto feriados. Eventuais alterações de horário do expediente externo serão publicadas no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.

1.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento;

Anexo III - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração e de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

Anexo IV – Modelo de declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo V – Minuta de contrato

Anexo VI – Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto

Anexo VII – Modelo de Termo de Vistoria

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Não poderá participar da licitação pessoa física ou jurídica temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, incs. III e IV, da Lei nº 8.666/93, respectivamente.

2.2. Não será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

2.3. Poderão participar da licitação todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, bem como na legislação pertinente às diversas espécies societárias.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante apresentará, na sessão pública da Tomada de Preço, para fins de credenciamento:

3.1.1. Se representante legal da licitante, documento(s) que confirme(m) tal condição: registro comercial no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, e, ainda, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Tais documentos deverão ser autenticados ou cópias simples acompanhadas de originais para autenticação, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes à licitação).

3.1.2. Se procurador, preposto ou credenciado da licitante, procuração ou termo de credenciamento (conforme modelo Anexo II), outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes à licitação, acompanhado de documento(s) que confirme(m) ser o outorgante representante(s) legal(is) da licitante (registro comercial no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, e, ainda, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país). Tais documentos deverão ser autenticados ou cópias simples acompanhadas de originais para autenticação.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

4.1. Os documentos de habilitação e a proposta financeira deverão ser entregues em envelopes separados, numerados de 01 e 02, respectivamente, diretamente à Comissão Permanente de Licitações. Não serão aceitos envelopes contendo documentos de habilitação e propostas financeiras entregues, ainda que recebidos, em local diverso do especificado no item 1 – PREÂMBULO e que, por qualquer razão, não tenham chegado à Comissão Permanente de Licitações até a data e o horário de início da sessão pública da Tomada de Preço. Os envelopes deverão estar fechados, contendo na parte externa a seguinte inscrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2013
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2013
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITANTE: nome da licitante (admitida sua identificação por envelope timbrado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2013
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2013
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA FINANCEIRA
LICITANTE: nome da licitante (admitida sua identificação por envelope timbrado)

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DO CRC

5.1.1. A licitante, caso não seja cadastrada junto ao Município de Barra Funda/RS, deverá se cadastrar até 03 (três) dias antes da data e hora determinada no Preâmbulo (item 1.2) do presente Edital, para a obtenção do **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**. Não será admitida a inclusão no envelope nº 01 de documento para revalidação de CRC vencido.

5.1.2. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, ao se cadastrar, a comprovação de tal situação jurídica através de certidão expedida pela junta comercial, além de todos os documentos previstos no item 5 deste edital.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, e, ainda, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b)** Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da licitante;
- c)** Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela Secretaria e/ou Delegacia da Fazenda Estadual;
- d)** Certidão de regularidade fiscal junto ao município contratante e do domicílio ou sede da licitante;
- e)** Certificado de Regularidade junto ao FGTS;
- f)** Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros, expedida pela SRFB;
- g)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo TST;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, em data não anterior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar no documento.
- b)** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial, que

comproven a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: } \frac{AD}{PC} = \text{índice mínimo: 0,02}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{AC}{PC} = \text{índice mínimo: 1,00}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \text{índice mínimo: 1,00}$$

$$\text{GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: } \frac{PL}{PC + PELP} = \text{índice mínimo: 1,00}$$

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{PC + PELP}{AT} = \text{índice máximo: 0,40}$$

ONDE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

AD = ATIVO DISPONÍVEL

ARLP = ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

AP = ATIVO PERMANENTE

AT = ATIVO TOTAL

PC = PASSIVO CIRCULANTE

PELP = PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO

b.1) As empresas licitantes deverão apresentar planilha ou ofício demonstrando o memorial de cálculo dos índices, devendo ser assinada pelo contador da empresa ou pelo seu responsável legal.

b.2.) Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Administração se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o Balanço Patrimonial foi transcrito.

b.3.) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados pelo(s) representante(s) legal(is) e por contador da licitante.

5.2. O ENVELOPE Nº 01 DEVERÁ CONTER:

a) Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Município de Barra Funda, válido;

b) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração e de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei ou de carta de credenciamento com firma reconhecida– modelo no Anexo III.

c) Declaração formal, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 27, V, da Lei nº 8.666/93 e art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento – modelo no Anexo IV.

d) Prova de alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;

e) Certidão negativa do Cartório de Distribuição e de Protestos, expedida pelo Distribuidor da Comarca da sede da Empresa, em data não anterior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar no documento;

f) Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com visto dos mesmos, no caso de empresas não sediadas no Estado, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;

g) Prova da empresa possuir no quadro funcional permanente um profissional de nível superior registrado no CREA/RS, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou visto dos mesmos, no caso de empresas não sediadas no estado. Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional;

h) Dois atestados de capacidade técnica-operacional devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, que comprovem que a licitante e, ou, responsável técnico, tenha executado para órgão ou entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito federal, ou ainda, para empresas privadas, obras/serviços de características técnicas similares ao objeto licitado;

i) Atestado de Vistoria fornecido pela Prefeitura Municipal de Barra Funda, conforme modelo “TERMO DE VISTORIA” demonstrado no Anexo X deste Edital, devidamente assinado por quem de direito da empresa licitante e pelo responsável do setor competente da Prefeitura Municipal de Barra Funda. A visita técnica ao local da obra será realizada com todos os proponentes somente no dia 03 de Maio de 2013, às 9 h, onde o técnico do Município irá acompanhar o profissional responsável pela licitante ao local da obra.

OBS.: Com relação ao profissional da letra “g”, deverá ser este, e somente este, o responsável técnico da proponente em todas as fases deste procedimento licitatório, incluindo os atestados de capacidade técnica-operacional e a visita técnica (“letra h” e “letra i”).

5.3. OBSERVAÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.3.1. Tanto os documentos para obtenção do CRC como os documentos que deverão estar contidos no **envelope nº 01** deverão ser originais, ou cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais (que deverão ser apresentados ao Setor de Compras ou à Comissão Permanente de Licitações para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução), salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na Internet, que poderão ser cópias simples, caso em que a Comissão, se entender necessário, poderá diligenciar na Internet para averiguar a autenticidade dos mesmos, habilitando ou não a licitante em função desta diligência. Não serão admitidas cópias em papel termo sensível (fax).

5.3.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.

5.3.3. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data da sessão pública da Tomada de Preços ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

5.3.4. Os documentos contidos no envelope deverão ter as suas folhas ordenadas, numeradas e rubricadas pela proponente.

6. DA PROPOSTA FINANCEIRA

6.1. O ENVELOPE Nº 02 DEVERÁ CONTER:

6.1.1. Proposta financeira, datilografada ou impresso por meio eletrônico em folhas da empresa, redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sequencialmente

numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá ainda conter:

- a)** razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, os números de veículos de comunicação à distância (telefone, fax, e-mail) da empresa e o nome da pessoa para contato;
- b)** prazo de que a proposta vigorará pelo mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas.
- c)** Cotação de preço em R\$ (reais), discriminando o valor total da obra (mão-de-obra e materiais).

6.2. OBSERVAÇÕES RELATIVAS À PROPOSTA FINANCEIRA:

6.2.1. O preço proposto será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e para fiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificada, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.

6.2.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto da licitação em estrita conformidade com as especificações técnicas informadas no Edital, sob pena de rejeição. A omissão na proposta financeira em relação às exigências e às especificações técnicas do Edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.

6.2.3. A proposta financeira apresentada em papel termo sensível (fax), telex, telegrama ou semelhantes será desclassificada.

6.2.4. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

6.2.5. Serão considerados, para fins de julgamento e contratação, os valores constantes no preço até, no máximo, dois algarismos após a vírgula.

6.2.6. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo 60 (sessenta) dias.

6.2.7. Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura de seu envelope.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. A análise da proposta financeira pela Comissão Permanente de Licitações visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo preliminarmente desclassificada a proposta financeira:

- a)** cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no Edital;
- b)** que apresente preço(s) manifestamente inexequíveis.

7.2. O critério de julgamento será o de menor preço global (mão-de-obra e materiais) e serão classificados pela ordem crescente dos preços propostos, desde que atendidas às especificações do Edital e seus Anexos.

7.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, ou no próprio ato do julgamento, se as empresas estiverem devidamente representadas.

7.4. Não serão admitidos, sob quaisquer motivos, inclusões, modificações ou substituições das propostas financeiras ou de quaisquer documentos.

8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos da Administração, praticados no Procedimento Licitatório em curso, cabem:

- a)** Recurso
- b)** Reapresentação
- c)** Pedido de Reconsideração

- 8.1.** Aplicar-se-á para utilização deste item, todos os dispositivos normativos do Artigo nº 109 da Lei Federal no 8.666/93, tanto por parte da licitante recorrente, quanto pela Administração.
- 8.2.** O protocolo de recursos ocorrerá na data em que a via original der entrada na Prefeitura Municipal de Barra Funda – Secretaria Municipal de Administração - Setor de Licitações. Não serão aceitos recursos enviados via "FAX".
- 8.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Ministério das Cidades, convênio de repasse nº 374.331-96/2011 e recursos próprios à conta da seguinte dotação orçamentária: 0502 15 451 0077 1088 4490 51 00 00 00 00 1245

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** O pagamento será efetuado de acordo com a execução dos serviços, com o cronograma físico-financeiro e da liberação dos recursos pelo Órgão Fiscalizador/Repassador da Caixa Econômica Federal – Convênio de repasse nº 374.331-96/2011 – Ministério das Cidades.
- 10.2.** O pagamento será em moeda corrente nacional, através de crédito em conta bancária. Havendo despesas bancárias, estas correrão por conta do favorecido.

11. DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado após a emissão da ordem do início dos serviços, sendo que o prazo para conclusão dos mesmos será de 03 (três) meses.

12. DA CONTRATAÇÃO

- 12.1.** A Secretaria Municipal de Administração convocará regularmente a licitante vencedora para assinar o termo de Contrato dentro prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item 12.4.
- 12.2.** É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, sem prejuízo da sanção prevista no item 12.4.
- 12.3.** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 12.4.** Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta financeira, não celebrar o contrato e/ou recusar a receber a nota de empenho e/ou ordem de entrega/fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato / nota de empenho, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, bem como sujeito à multa de 25% (vinte e cinco por cento), aplicada sobre o valor total da proposta financeira / contrato, atualizado, conforme Lei nº 8.666/93.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A administração municipal poderá revogar a presente licitação, por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade em despacho fundamentado, sem obrigações de indenizar.

13.2. Qualquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Barra Funda, no Setor de Licitações, sito na Av. 24 de Março, 735 ou pelo telefone 54.3369-1202, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para a emissão do CRC.

13.3. Somente terão direito de rubricar documentos e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas, os representantes credenciados das licitantes, com poderes para tal, e os membros da Comissão de Licitações.

13.4. Não serão aceitas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste ato convocatório.

13.5. A Comissão de Licitações não irá conceber propostas que deixarem de atender, ou ainda que venham a divergir das exigências deste Edital.

13.6. Os julgamentos e demais decisões, quando não proferidos em sessão pública, serão publicados no Painele de Publicações da Prefeitura Municipal de Barra Funda.

13.7. As dúvidas e controvérsias oriundas da licitação serão dirimidas no Foro de Sarandi/RS, quando não resolvidas administrativamente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra Funda, em 22 de abril de 2013.

ALEXANDRE ELIAS NICOLA
Prefeito Municipal

Este Edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/____.

Assessor(a) Jurídico(a)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

ITEM 01 – Execução, sob regime de empreitada por preço global, mão-de-obra e materiais para a construção do Passeio Público na Av. 24 de Março em trecho paralelo à Rodovia RS 569, até o Bairro 1º de Maio, nesta cidade, realizado de acordo com cronograma físico-financeiro, orçamento, memorial descritivo e plantas em anexo.

Barra Funda/RS, 22 de abril 2013.

ALEXANDRE ELIAS NICOLA
Prefeito Municipal

ANEXO II - TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credencio(amos) o(a) Sr.(a),
portador(a) da CI nº e CPF nº, a
participar da licitação instaurada pelo Município de Barra Funda/RS - Secretaria Municipal
de Administração - Setor de Licitações, Tomada de Preço nº 01/2013, na qualidade de
REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome de
..... (nome da licitante), CNPJ nº
....., bem como formular propostas, apresentar declarações e
praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de de 2013.

Nome e Assinatura do representante legal da licitante
Firma Reconhecida

OBSERVAÇÃO: Este termo de credenciamento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPENSA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que
..... (nome da licitante),
CNPJ nº, cumpre plenamente os requisitos de habilitação da
licitação do Município de Barra Funda/RS, - Secretaria Municipal de Administração - Setor de
Licitações - Tomada de Preço nº 01/2013. Declaro/amos também não estar temporariamente
suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como
não ter sido declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

..... de de 2013.

Nome e Assinatura do representante legal da licitante
Firma Reconhecida

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue no envelope nº 01.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que
..... (nome da licitante),
CNPJ nº, não desenvolve trabalho noturno, perigoso ou insalubre
com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho com menores de
dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do
disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

..... de de 2013.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue no envelope nº 01.

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

EXECUSÃO DO PASSEIO PÚBLICO

O Município de Barra Funda, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrição no CNPJ nº 94.704.004/0001-02, representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado de CONTRATANTE, e a Empresa, neste ato representada por, a seguir denominado de CONTRATADO, tem entre si justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O CONTRATANTE contrata o CONTRATADO para a execução, sob regime de empreitada global, da construção do Passeio Público na Av. 24 de Março em trecho paralelo à RS 569, até o bairro 1º de Maio, nesta cidade, realizadas de acordo com cronograma físico-financeiro, orçamento, memorial descritivo e plantas anexos a este Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Pela execução das obras de construção do Passeio Público, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$- ..., sendo R\$-... referente à mão-de-obra e R\$-... referente aos materiais.

2.3 - O pagamento será efetuado de acordo com o andamento dos serviços, do cronograma físico-financeiro e dos boletins de medição emitidos pelo setor de engenharia do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO deverá iniciar os serviços após a emissão da ordem de início dos serviços, sendo que o prazo para conclusão dos mesmos será de 03 (três) meses após a emissão da referida ordem.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 0502 15 451 0077 1088 4490 51 00 00 00 00 1245

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A falta ou inexecução do presente contrato, parcial ou total, sujeitará o CONTRATADO às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – EMBASAMENTO LEGAL

O presente contrato está embasado no Processo Licitatório nº 12/2013, Tomada de Preços nº 01/2013 e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Sarandi/RS para dirimir os casos omissos ao presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas, a tudo presente e que também assinam.

Barra Funda/RS, em de 2013.

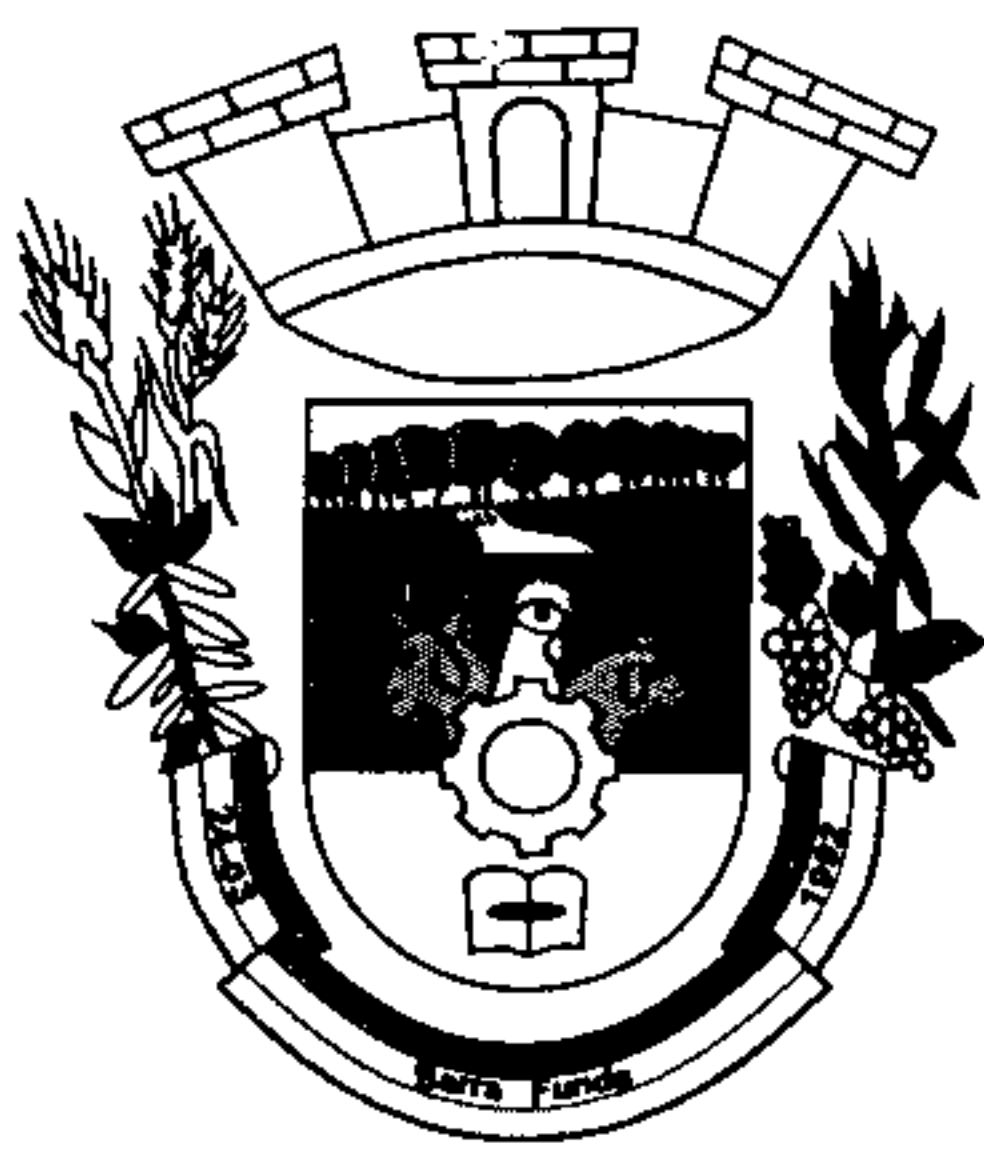
**ANEXO VII
TERMO DE VISTORIA
(MODELO)**

Atestamos, para os devidos fins, nos termos do EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2013, Processo Licitatório nº 12/2013, que a Empresa visitou o local das obras e serviços, sito na Rua Gaúcha, em Barra Funda/RS, no dia 03 de maio de 2013. Nessa visita a empresa, por meio de seu representante, o (a) Sr. (a) tomou ciência das condições atuais do terreno, suas instalações, das obras e serviços a serem realizados.

Barra Funda/RS, 22 de abril de 2013.

Helena Maria Pagel
Engenheiro

Assinatura do representante da empresa licitante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

NOME DO ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL BARRA FUNDA Prefeitura Municipal de Barra Funda
MUNICIPIO: BARRA FUNDA Secretaria de Obras e Viação
NOME DO EMPREENDIMENTO: EXECUÇÃO DE CALÇADA **APROVADO**
ENDEREÇO: AVENIDA 24 DE JULHO (PARALELA RS-569) Barra Funda, 05/05/2012
RESP.TÉCNICO: ENG^a. CIVIL CRISTIANE DEMARCO – CREA/RS 136806
DATA: 10 DE MAIO DE 2012

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer critérios para execução de passeio ao longo da Avenida 24 de Março, trecho paralelo a RS 569, bem como especificar os materiais a serem utilizados. Trata-se de um passeio com 1.240,00m de comprimento por 2,50m de largura, totalizando 3.100,00m². O serviço tem por objetivo, oferecer ao usuário não motorizado um trânsito efetivamente seguro ao deslocar-se pela Av 24 de Julho.

1.0 – SERVIÇOS PRELIMINARES

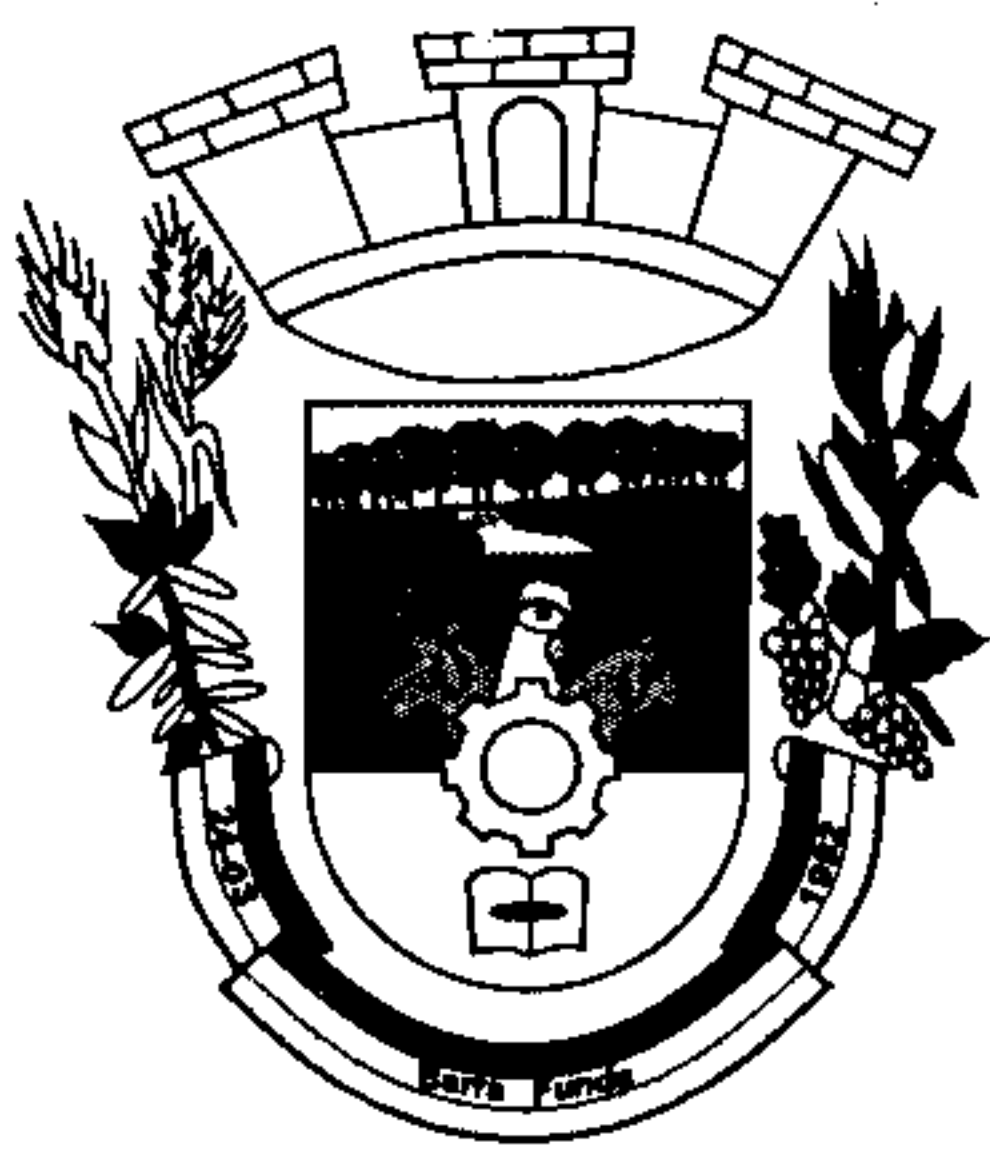
1.1 – Limpeza do Terreno

Deverá a Prefeitura Municipal executar a limpeza da área, retirando todo e qualquer tipo de entulho inaproveitável para aterro e material proveniente de capinagem de mato, preservando as árvores existentes.

1.2 – Locação:

1.2.1 *Deverá ser providenciado o alinhamento e a locação do passeio, obedecendo-se os recursos projetados. A locação deverá ser feita pelo processo de tábuas corridas, sendo definidos claramente os eixos de referência.*

1.2.2 *Com referência as cotas do piso acabado, deverão ser observadas as seguintes condições:*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

a) *as cotas do piso acabado deverão estar no mínimo 0,15 acima do nível do asfalto correspondente.*

2.0 – MOVIMENTO DE TERRA:

2.1 Regularização do Terreno: *Deverá ser a regularização do terreno em atendimento aos níveis determinados no projeto. Os taludes de obras deverão receber acabamento normal. Os aterros e cortes eventuais deverão ser executados com técnicas adequadas e mantidas as relações de 2:1 em aterro e, 1:1 em corte (horizontal/vertical).*

3.0 PISO

3.1. Contrapiso: *O contrapiso (camada regularizadora de concreto) deverá ter aproximadamente 5cm de espessura lançado sobre um lastro de brita de 3cm de espessura, e deve ser desempenado.*

Para confecção do contrapiso adota-se as seguintes medidas para os seus constituintes: 1(uma) parte de cimento : 3(três) partes de areia : 6(seis) partes de brita.

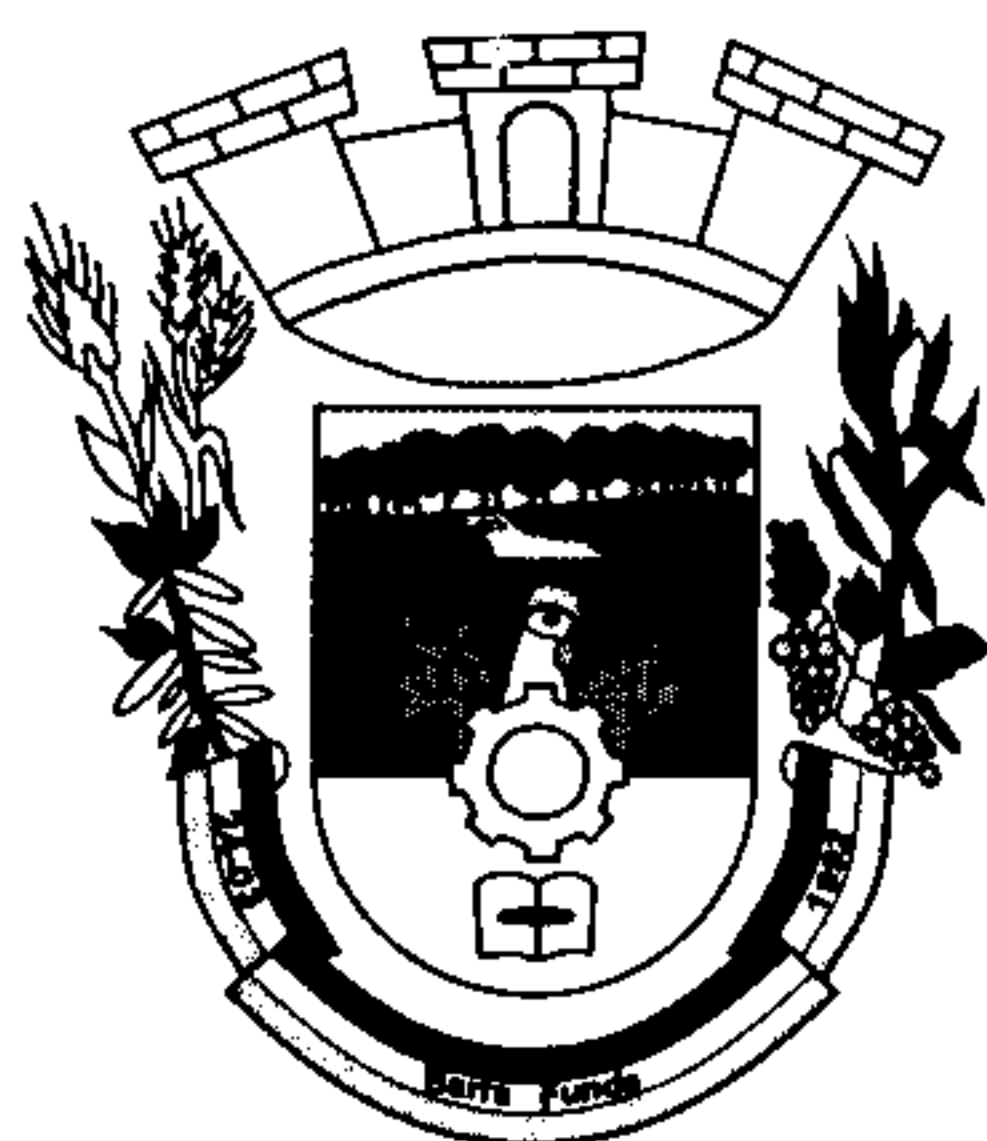
Mistura-se bem todos materiais acrescentando água aos poucos até obter uma massa de aspecto homogêneo. Deve-se tomar cuidado para não se adicionar água em demasia o que irá tornar o concreto encharcado e comprometer a sua resistência.

A camada de solo que irá receber o contrapiso deve estar devidamente compactada e nivelada.

Deve-se adensar o concreto afim de se obter um contrapiso bem compacto.

3.2 Inclinação Transversal: *Durante a execução do caimento trasnversal da calçada, utiliza-se réguas de madeira e linha esticada para auxiliar no controle dos níveis do piso (gabarito).*

O piso deve ser dividido em placas de no máximo 2.50m², com juntas de dilatação em ripas de madeira ou por meio de sulcos profundos cheios de areia que atinjam sempre a base do concreto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

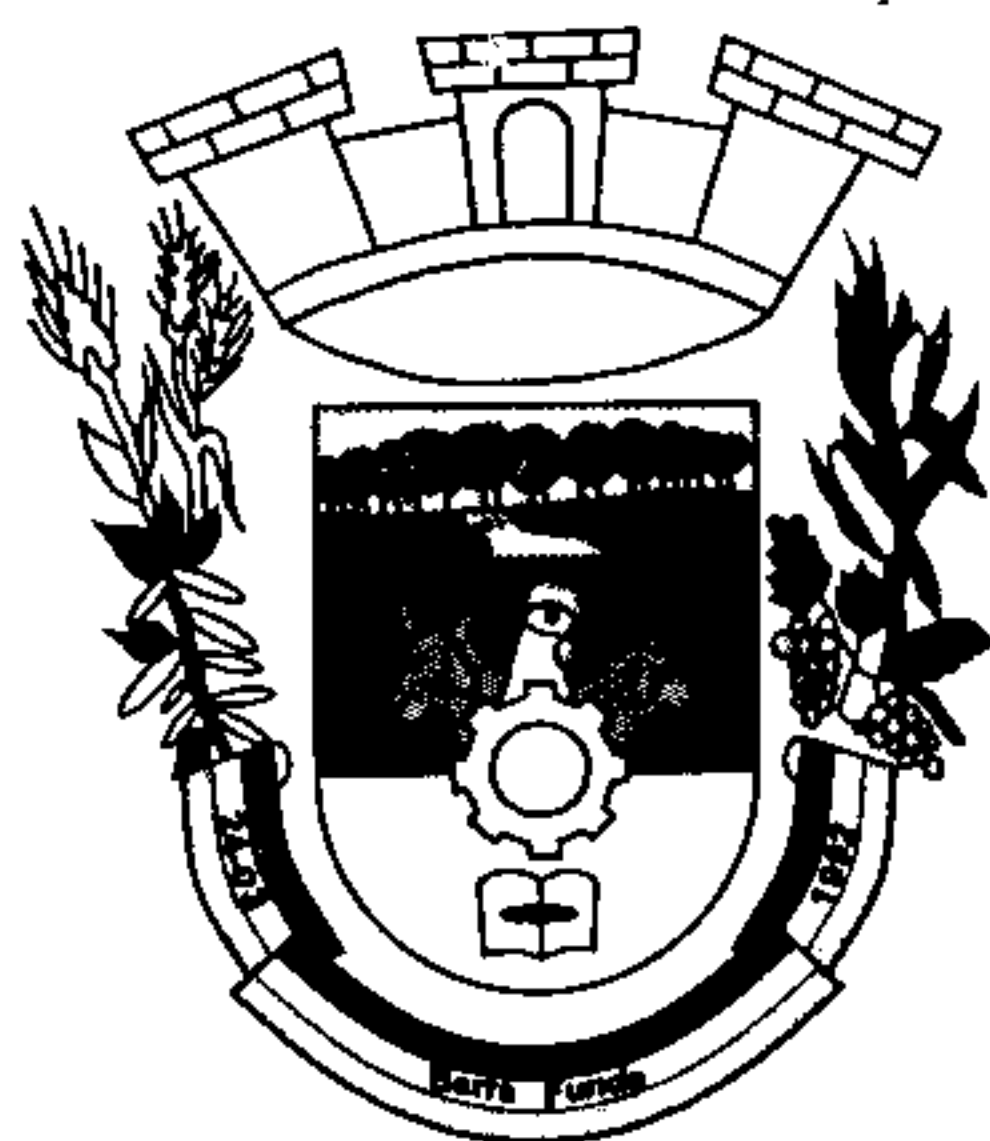
OBS:

- *Polvilhar cimento em pó sobre a argamassa para fortalecer a camada superior e secar mais rapidamente;*
- *Dar acabamento final com usos de desempenadeira de madeira. Depois manter o piso isolado por, no mínimo, 7 dias.*

4.0 ACESSIBILIDADE:

4.1 Rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres

- *As calçadas devem ser rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas com ou sem faixa, com ou sem semáforo, e sempre que houver foco de pedestres;*
- *Não deve haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável;*
- *Os rebaixamentos de calçadas devem ser construídos na direção do fluxo de pedestres;*
- *A inclinação deve ser constante e não superior a 8,33% (1:12) conforme planta anexa;*
- *Em locais onde o fluxo de pedestres for igual ou inferior a 25 pedestres/min/m e houver interferência que impeça o rebaixamento da calçada em toda a extensão da faixa de travessia, admite-se rebaixamento da calçada até um limite mínimo de 1,20 m de largura de rampa.*
- *Quando a faixa de pedestres estiver alinhada com a calçada da via transversal, admite-se o rebaixamento total da calçada na esquina;*
- *Onde a largura do passeio não for suficiente para acomodar o rebaixamento e a faixa livre, deve ser feito o rebaixamento total da largura da calçada, com largura mínima de 1,50 m e com rampas laterais com inclinação máxima de 8,33%.*
- *Os rebaixamentos das calçadas localizados em lados opostos da via devem estar alinhados.*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

5.0 OBSERVAÇÕES GERAIS:

- *O meio fio já executado tem em média 15 cm em relação à rua;*
- *De acordo com a NBR 9050/94 da ABNT, as calçadas devem ter declividade transversal mínima de 1%, afim de garantir o escoamento de águas pluviais, e máxima de 2%, no intuito de evitar superfícies muito inclinadas que possam vir a ocasionar acidentes;*
- *As calçadas devem ter declividade longitudinal máxima em torno de 15%;*
- *Calçadas devem ser construídas somente com pisos não derrapantes;*
- *Os projetos de calçadas devem sempre levar em conta as necessidades de deficientes físicos. Verificar planta anexa;*
- *As calçadas não devem possuir degraus ao longo de sua extensão.*

Barra Funda, 10 de Maio de 2010.

Responsável Técnico
Cristiane Demarco CREA-RS 136806
Engenheira Civil

Alexandre Elias Nicola
Prefeito Municipal
Barra Funda - RS

Prefeitura Municipal de Barra Funda
Secretaria de Obras e Viação
A P R O V A D O

Barra Funda, 28/05/2010

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA: GESTÃO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO	CONTRATO: 374.331-962/2011
EMPREENDIMENTO: PASSEIO PUBLICO AV 24 DE MARÇO	MODALIDADE: CONSTRUÇÃO
CONCEDENTE:	VALOR:R\$ 109.611,53
PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA	BDI: 25%
LOCAL: AVENIDA 24 DE MARÇO	Barra Funda/RS

Item	Discriminação dos Serviços	Unid	Quantidades (A)	Custo Unitário			Valor em R\$ (D)=A x (B+C)	Valor Global R\$ (F)= (D x E)	Código
				Material (B)	Mão-de-obra (C)	Custo Unit.			
1	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS							724,03	
1.2	Placa de Obra	m²	2,50	231,69	57,92	289,61	724,03	724,03	74209/001
2	TRABALHOS EM TERRA							18.135,00	
2.1	Regularização Base <i>2,50 x 1,25 = 3,20</i>	m²	3.100,00	1,82	1,22	3,04	9.416,25	9.416,25	5622
2.2	Locação Obra <i>2,35 x 1,25 = 2,94</i>	m²	3.100,00	1,69	1,13	2,81	8.718,75	8.718,75	74077/002
3	PISO							86.335,00	
3.1	Lastro de brita e=3cm <i>2,04 x 1,25 = 2,61</i>	m²	3.100,00	1,55	1,03	2,58	7.982,50	7.982,50	74249/001
3.2	Contrapiso e=5cm <i>20,58 x 1,25 = 26,10</i>	m²	3.100,00	15,17	10,11	25,28	78.352,50	78.352,50	73907/003
4	LIMPEZA							4.417,50	
4.1	Limpeza final da obra	m²	3.100,00	0,86	0,57	1,43	4.417,50	4.417,50	9537
Total=								109.611,53	

Vi. Cal = 113.976,53 em

Barra Funda, 10 de maio de 2012

Cristiane de Marco
CRISTIANE DE MARCO
 Eng. Civ. - CREA/RS136.806

Alexandre Elias Nicola
Alexandre Elias Nicola
 Prefeito Municipal
 Barra Funda - RS

Prefeitura Municipal de Barra Funda
 Secretaria de Obras e Viação
APROVADO

Barra Funda, 28/05/2012 R

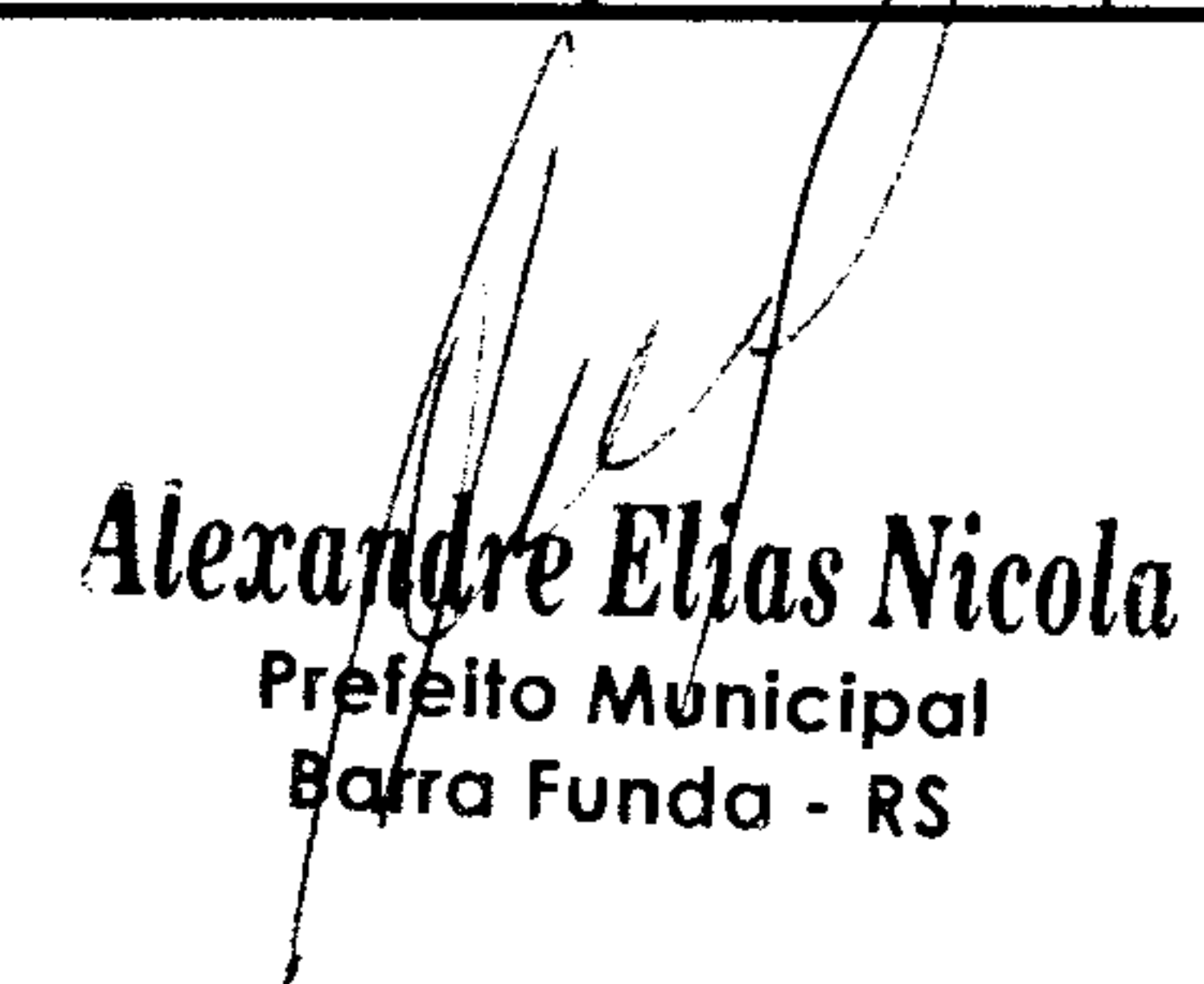
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
 CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PROLONGAMENTO AV 24 DE MARÇO

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS	
		%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR
INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	R\$ 724,03	100,00%	R\$ 724,03				
TRABALHOS EM TERRA	R\$ 18.135,00	100,00%	R\$ 18.135,00				
PISO	R\$ 86.335,00			50,00%	R\$ 43.167,50	50,00%	R\$ 43.167,50
LIMPEZA	R\$ 4.417,50					100,00%	R\$ 4.417,50
TOTAL/MÊS							
		17,21%	R\$ 18.859,03	39,38%	R\$ 43.167,50	43,41%	R\$ 47.585,00
TOTAL ACUMULADO	R\$ 109.611,53	17,21%	R\$ 18.859,03	56,59%	R\$ 62.026,53	100,00%	R\$ 109.611,53



CRISTIANE DEMARCO
Eng^a. Civil
 CREA/RS 136.806

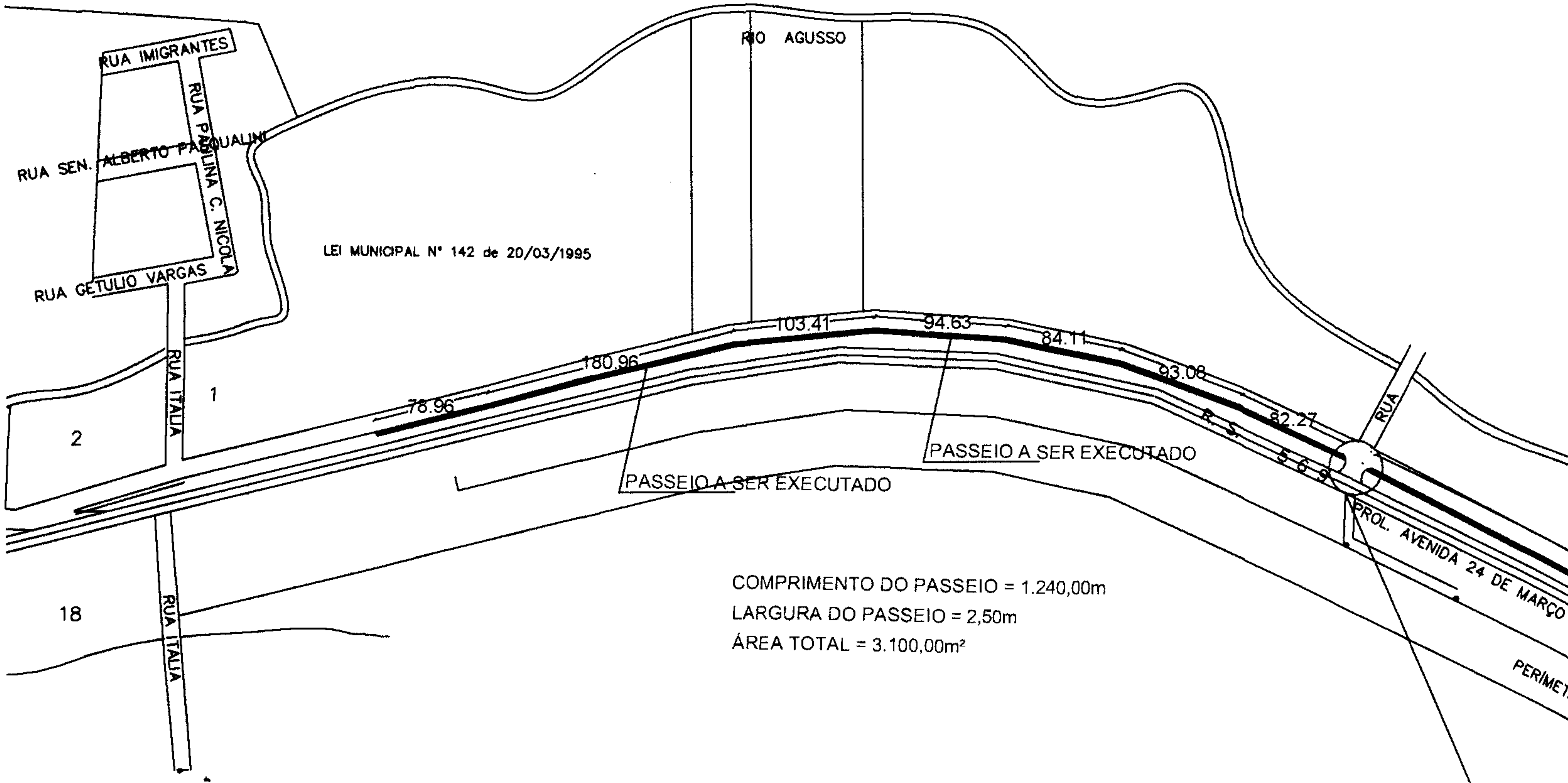

Alexandre Elias Nicola
 Prefeito Municipal
 Barra Funda - RS

Barra Funda, 10 de maio de 2012.

Prefeitura Municipal de Barra Funda
 Secretaria de Obras e Viação
APROVADO

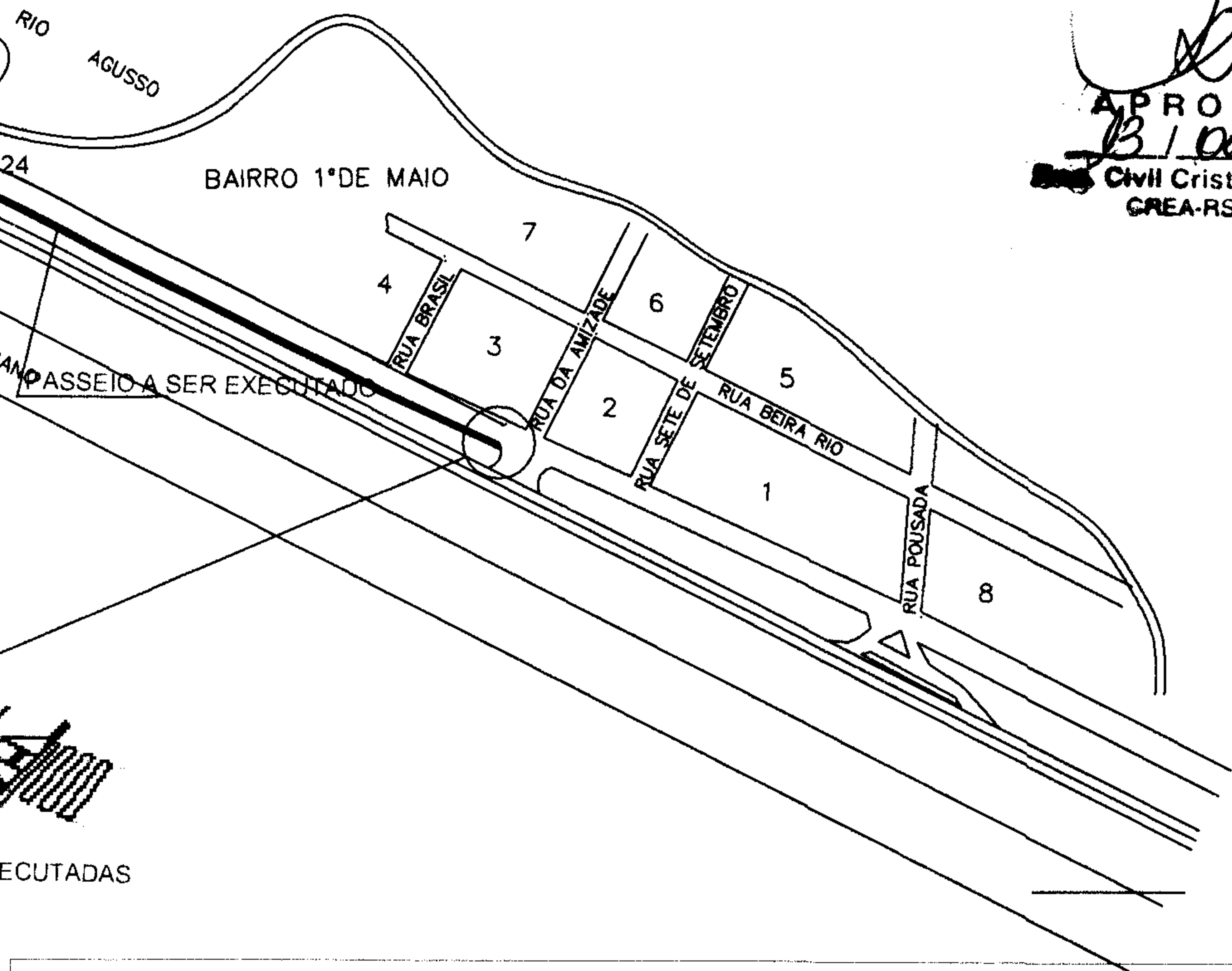
Barra Funda, 31/05/2012

ROSA NICOLA



COMPRIMENTO DO PASSEIO = 1.240,00m
LARGURA DO PASSEIO = 2,50m
ÁREA TOTAL = 3.100,00m²





APROVADO
 13/02/12
 Civil Cristiane Demarco
 CREA-RS 136806

Título:

PASSEIO AV 24 MARÇO

Folha:

01

Propriedade / Imóvel:

Município de Barra Funda

Município:

Barra Funda

Estado:

RS

Escala:

Data:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
 Avenida 24 de Março - Fone 54 3369-1202

Barra Funda, 10 de Maio de 2012

Resp. Técnico

Cristiane Demarco

Cristiane Demarco
 Engenheira Civil
 CREA/R S 136806

Prefeitura Municipal de Barra Funda
Secretaria de Obras e Viação
A P R O V A D O

Barra Funda, 28 05 2012

Título:

PASSEIO AV 24 MARÇO

Folha:

01

Propriedade / Imóvel:

Município de Barra Funda

Município:

Barra Funda

Estado:

RS

Escala:

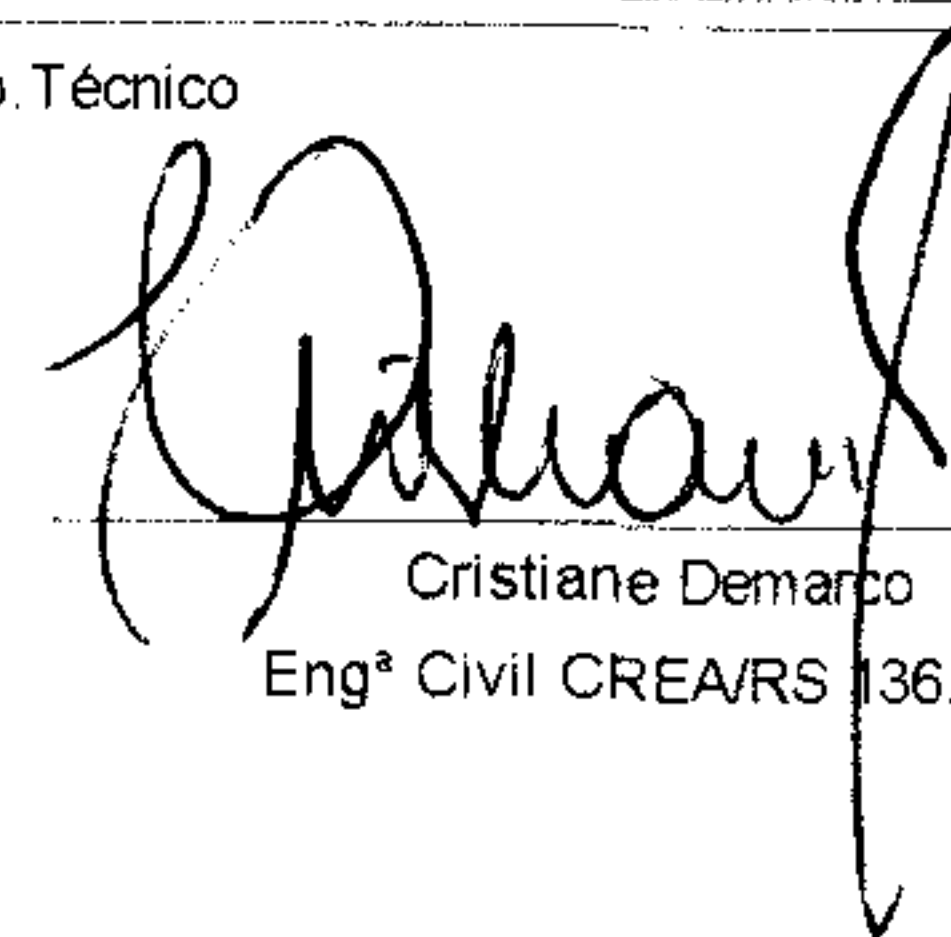
Data:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
Avenida 24 de Março - Fone 54-3369-1202

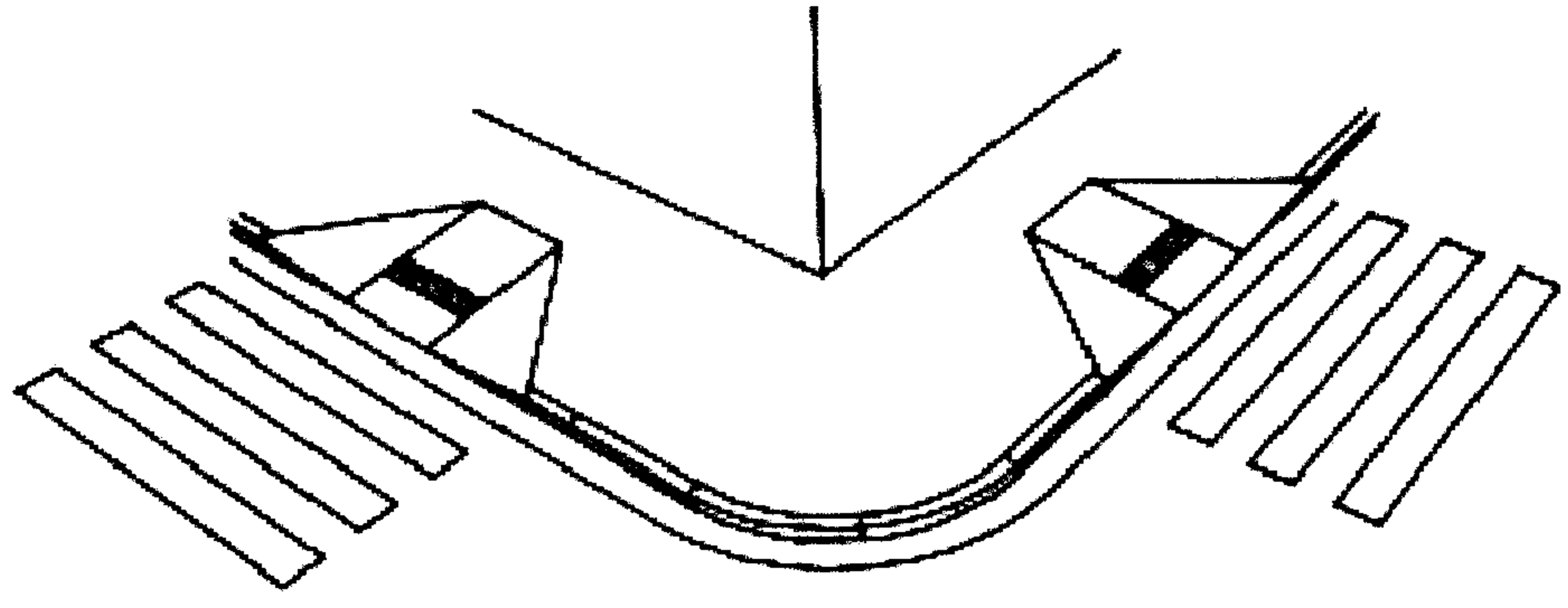
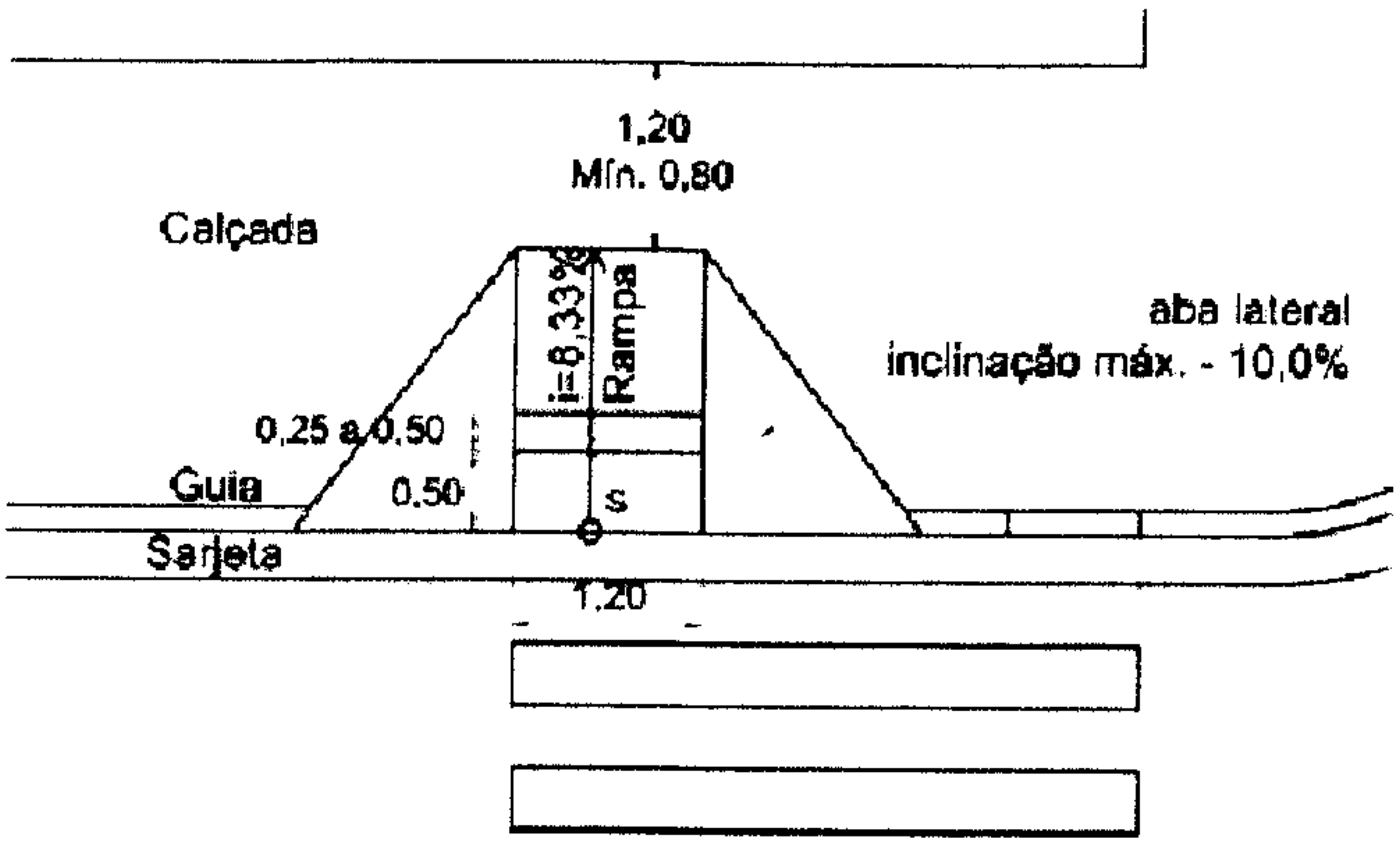
Barra Funda, 10 de Maio de 2012


Alexandre Elias Nicola
Prefeito Municipal
Barra Funda - RS

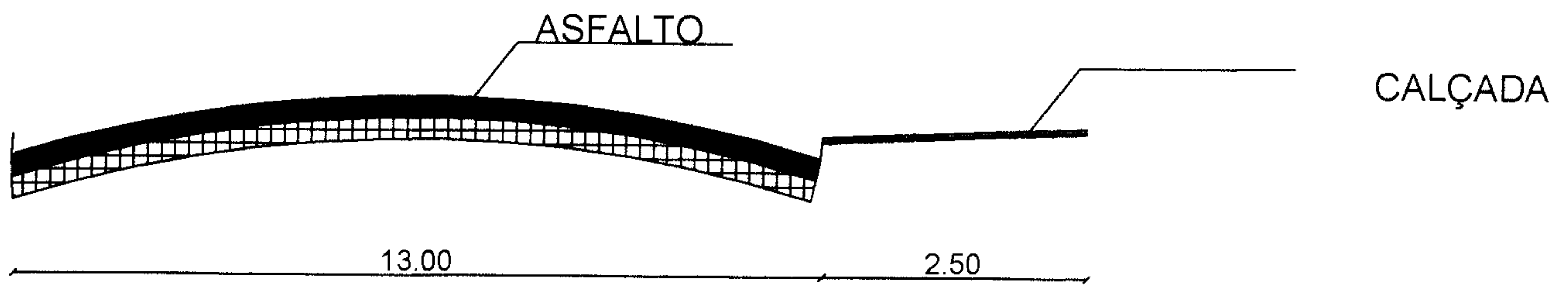
Resp. Técnico



Cristiane Demarco
Eng^o Civil CREARS 136.806



Vista superior



PROLONGAMENTO AV 24 DE MARÇO

PERFIL TRANSVERSAL